

Rio de Janeiro, 15 de dezembro de 2021.

Nome do manifestante: Tiemi Suzuki Mesquita

Código de Manifestação: 215.095.490.328

EMENTA: DEFERIMENTO DO PEDIDO DE ACESSO A INFORMAÇÃO REFERENTE AO ACOMPANHAMENTO DE AUDIÊNCIAS PÚBLICAS ORÇAMENTÁRIAS PELO TCE-RJ. MATÉRIA TRATADA NA LEI COMPLEMENTAR N.º 101/2000 (LEI DE RESPONSABILIDADE FISCAL).

Prezada Senhora Tiemi Suzuki Mesquita,

Em atenção à manifestação em referência, cadastrada no Sistema Informatizado da Ouvidoria do Tribunal de Contas do Estado do Rio de Janeiro, foi constituído Documento para atendimento ao seu pedido de acesso à informação, formulado com base na Lei Federal nº 12.527/2011, a seguir resumidamente transcrito:

“Gostaria de saber se poderiam nos apoiar com algumas poucas informações (3 perguntas rápidas apenas) sobre o acompanhamento do Tribunal de Contas a respeito de tais audiências.

As Prefeituras Municipais têm que enviar informações sobre a realização das audiências públicas orçamentárias para o Tribunal de Contas?

() Envia atas da audiência pública em formato pdf.

() Envia listas de frequência dos participantes.

() Apenas informam que houve a realização da audiência pública.

() Não enviam nenhuma informação desse tipo.

() Outro (justifique):

Caso ocorra o envio, esse é feito por meio de sistema informatizado do Tribunal? (sim/não).

Qual é o nome do sistema utilizado para o envio?"

Submetido o pedido de acesso à informação ao setor especializado, em obediência ao disposto no artigo 12, da Resolução 275/13, foi apresentada a seguinte resposta:

“Primeiramente, registramos que a matéria em questão está embasada na Lei Complementar n.º 101/2000 (Lei de Responsabilidade Fiscal), da qual destacamos os seguintes dispositivos:

Art. 9º Se verificado, ao final de um bimestre, que a realização da receita poderá não comportar o cumprimento das metas de resultado primário ou nominal estabelecidas no Anexo de Metas Fiscais, os Poderes e o Ministério Público promoverão, por ato próprio e nos montantes necessários, nos trinta dias subsequentes, limitação de empenho e movimentação financeira, segundo os critérios fixados pela lei de diretrizes orçamentárias.

(...)

§ 4º Até o final dos meses de maio, setembro e fevereiro, o Poder Executivo demonstrará e avaliará o cumprimento das metas fiscais de cada quadrimestre, em audiência pública

na comissão referida no § 1º do art. 166 da Constituição ou equivalente nas Casas Legislativas estaduais e municipais.

(...)

Art. 48. São instrumentos de transparência da gestão fiscal, aos quais será dada ampla divulgação, inclusive em meios eletrônicos de acesso público: os planos, orçamentos e leis de diretrizes orçamentárias; as prestações de contas e o respectivo parecer prévio; o Relatório Resumido da Execução Orçamentária e o Relatório de Gestão Fiscal; e as versões simplificadas desses documentos.

§ 1º A transparência será assegurada também mediante: I – incentivo à participação popular e realização de audiências públicas, durante os processos de elaboração e discussão dos planos, lei de diretrizes orçamentárias e orçamentos;

Desta forma, passamos às respostas aos questionamentos:

1. As Prefeituras Municipais têm que enviar informações sobre a realização das audiências públicas orçamentárias para o Tribunal de Contas?

Enviam atas da audiência pública em formato pdf.

2. Caso ocorra o envio, esse é feito por meio de sistema informatizado do Tribunal?

Sim.

3. Qual é o nome do sistema utilizado para o envio?

Por meio do sistema eTCERJ.

O eTCERJ é a interface processual eletrônica do Tribunal de Contas do Estado do Rio de Janeiro com a sociedade. É regulado pela Deliberação TCE nº 261, de 2 de dezembro de 2014, que dispõe acerca de sua implantação e funcionamento, e por normas complementares que tratam de naturezas processuais específicas.

Por meio do eTCERJ é possível, mediante o atendimento a requisitos mínimos e de acordo com o perfil de usuário, interagir processualmente com esta Corte de Contas.

Podem ser usuários externos do eTCERJ a pessoa física ou jurídica, jurisdicionado ou não, que tenha acesso de forma autorizada ao sistema.

Ressalta-se que a Atas das Audiências Públicas são apreciadas na análise das prestações de contas de governo municipal e estadual, solicitadas por meio de Anexo publicado no sítio eletrônico deste Tribunal¹ (Relação de documentos que compõem as contas de governo), nos termos das Deliberações TCE-RJ n.ºs 284/18 e 285/18.”

¹ https://www.tcerj.tc.br/portalnovo/pagina/prestacao_de_contas_de_governo_2020

A Ouvidoria do TCE/RJ agradece seu contato e se coloca à disposição para quaisquer esclarecimentos adicionais que porventura se façam necessários.

Atenciosamente,

Ouvidoria do Tribunal de Contas do Estado do Rio de Janeiro